



Câmara Municipal de Brasnorte  
Registrado no Livro de Registro de:  
(X) Leis  
( ) Resoluções  
( ) Decreto Legislativo  
Sob. o nº 2.815 2025  
Em, 13 março 2025  
Secretaria Geral

### LEI Nº. 2.815/2025 DE 11 DE MARÇO DE 2025.

*Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal do Turismo - FUMTUR, e dá outras providências.*

O Sr. **EDELO MARCELO FERRARI**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - Ficam instituídos o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, visando suas adequadas aplicações.

**Artigo 2º** - O Conselho Municipal de Turismo tem por objetivo orientar e promover o Turismo no Município, bem como orientar e fiscalizar a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Turismo.

#### CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO

**Artigo 3º** - O Conselho Municipal de Turismo será constituído por 20 (vinte) membros, escolhidos dentre cidadãos da comunidade de notório saber, e que tenham interesse pelo desenvolvimento e no fomento do turismo no Município, distribuídos da seguinte forma:

- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Turismo e Cultura;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esportes;
- 01 (um) representante do Poder Legislativo;



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



- 01 (um) representante dentre os artesãos do Município;
- 03 (três) representantes dos Povos Indígenas;
- 01 (um) representante da Classe Hoteleira;
- 01 (um) representante escolhido entre os proprietários de restaurantes, bares, lanchonetes e similares;
- 01 (um) representante escolhido entre os proprietários de agências de turismo local e transporte;
- 01 (um) representante escolhido entre os proprietários de atrativos turísticos;
- 01 (um) representante escolhido da Associação Comercial e Industrial de Brasnorte;
- 01 (um) representante escolhido entre os meios de comunicação (imprensa falada, escrita e televisionada);
- 01 (um) representante escolhido da Associação dos Esportes Radicais;
- 01 (um) representante escolhido do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

**Parágrafo 1º** - A distribuição feita no *caput* deste artigo é dividida em um titular e um suplente, de forma que o Conselho terá 20 (vinte) membros titulares e 20 (vinte) membros suplentes.

**Parágrafo 2º** - Os órgãos e entidades, ao indicarem seus representantes devem fazê-lo por escrito, com consentimento deste, indicando o titular e o suplente.

**Parágrafo 3º** - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Turismo será de 02 (dois) anos.

**Parágrafo 4º** - Quando ocorrer vaga, o novo membro designado, em substituição completará o mandato do substituído.

**Parágrafo 5º** - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Turismo, será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao município.

### CAPÍTULO III

#### DA DIRETORIA DO CONSELHO

**Artigo 4º** - A Diretoria do Conselho Municipal de Turismo será constituída por: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Segundo Secretário, Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, e será formada por 06 (seis) membros indicados com a seguinte representação: 50% (cinquenta por cento) formada por membros do Poder Público, e 50% (cinquenta por cento) formada por membros da Iniciativa Privada.



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



**Parágrafo 1º** - O cargo de Presidente do Conselho Municipal de Turismo será ocupado por membro eleito através de eleições diretas, por maioria simples entre os membros do Conselho.

**Parágrafo 2º** - O cargo de vice-presidente será exercido pelo segundo candidato mais votado.

### CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

#### SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

**Artigo 5º** - Compete ao Conselho Municipal de Turismo:

- I. Coordenar, incentivar e promover o turismo no Município de Brasnorte – MT;
- II. Estudar e propor à Administração Municipal, medidas de difusão e amparo ao turismo, no Município de Brasnorte, em colaboração com os órgãos e entidades oficiais especializados;
- III. Orientar a administração municipal e proprietários na administração dos pontos turísticos do município;
- IV. Promover junto às entidades de classe, campanhas no sentido de se incrementar o turismo no município;
- V. Formular o desenvolvimento da política Municipal de Turismo de Brasnorte;
- VI. Formular o plano e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR);
- VII. Apreciar os Projetos que lhe sejam submetidos, relativos à política Municipal de Turismo, e do plano de recursos do FUMTUR;
- VIII. Desenvolver e apoiar programas e projeto de interesse turístico, visando incrementar o fluxo de turistas à cidade de Brasnorte, não servindo em hipótese alguma, a algum interesse político partidário ou pessoal, seja a que título for, ou mesmo, notoriedade política;
- IX. Avaliar periodicamente o desempenho dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão colegiado;
- X. Suprir, mediante decisão coletiva, homologada por Decreto do Executivo, os casos omissos;
- XI. Executar outras atribuições de sua competência;
- XII. Divulgar à comunidade local as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FUMTUR e os respectivos pareceres.



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



## **SEÇÃO II** **DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE E DO VICE - PRESIDENTE**

**Artigo 6º** - É da competência do Presidente do Conselho Municipal de Turismo:

- I. Convocar e presidir as reuniões ou sessões do Conselho;
- II. Zelar pelo cumprimento das atribuições do Conselho;
- III. Representar o Conselho em toda e qualquer circunstância;
- IV. Constituir Subcomissões para estudos e trabalhos especiais relativos à competência do conselho, designando seus respectivos Presidentes e Secretários e seus substitutos em suas eventuais ausências;
- V. Estabelecer regulamentos e atribuições para funcionamento das Subcomissões;
- VI. Designar os substitutos dos membros do Conselho, em suas ausências, nos termos deste Regimento.

**Parágrafo 1º** - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

**Parágrafo 2º** - O Vice-Presidente assumirá a presidência em caso de vacância do cargo em um período de até 06 (seis) meses para o término do mandato.

## **SEÇÃO III** **DA COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO E DO 2º SECRETÁRIO**

**Art. 7º** - É da competência do Secretário do Conselho Municipal de Turismo:

- I. Organizar a pauta dos trabalhos para cada sessão;
- II. Distribuir, mediante determinação do Presidente, para estudo e relato dos membros do Conselho, os assuntos submetidos à deliberação desse órgão;
- III. Redigir as atas das sessões;



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



IV. Assinar as atas das sessões, juntamente com demais membros;

V. Receber todo expediente endereçado ao Conselho, registrá-lo e tomar todas as providências necessárias ao seu regular andamento;

VI. Executar todos os demais serviços inerentes ao seu cargo, ou atribuídos pelo Presidente do Conselho;

VII. Cumprir as determinações deste regimento.

**Parágrafo Único** - Compete ao 2º Secretário substituir o 1º Secretário nos seus impedimentos.

#### **SEÇÃO IV** **DA COMPETÊNCIA DO TESOUREIRO E DO 2º TESOUREIRO**

**Art. 8º** - Ao Tesoureiro do Conselho Municipal de Turismo compete:

- I. Ter sob sua guarda e responsabilidade os numerários do conselho;
- II. Superintender a escrituração;
- III. Providenciar a compra de material autorizado pelo conselho;
- IV. Assinar cheques e/ou demais transações bancárias juntamente com o Presidente;
- V. Providenciar pagamentos autorizados pelo conselho;
- VI. Apresentar balancetes;
- VII. Apresentar balancetes geral e anual da gestão.

**Parágrafo Único** – Compete ao 2º Tesoureiro Substituir o 1º Tesoureiro nos seus impedimentos.



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



**SEÇÃO V**  
**DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DO CONSELHO**

**Artigo 9º** - É da competência dos membros do Conselho:

- I. Comparecer às sessões do Conselho;
- II. Eleger, entre os seus pares, o Presidente e demais membros do Conselho;
- III. Requerer a convocação de sessões, justificando a necessidade, quando o Presidente ou seu substituto legal não o fizer;
- IV. Estudar e relatar os assuntos que lhe forem distribuídos, emitindo parecer;
- V. Tomar parte das discussões e votações, apresentar emendas ou substitutivo às conclusões de pareceres ou resoluções;
- VI. Pedir vistos de pareceres ou resoluções e solicitar andamento de discussões e votações.
- VII. Requerer urgência para discussão e votação de assuntos não incluídos na ordem do dia, bem como preferência nas votações e discussões de determinados estudos;
- VIII. Assinar atas, resoluções e pareceres;
- IX. Colaborar para o bom andamento dos trabalhos do conselho;
- X. Desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente;
- XI. Comunicar previamente ao Presidente quando tiverem de ausentar-se do Município ou não puderem comparecer às sessões para as quais foram convocados;
- XII. Cumprir as determinações deste Regimento.



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



## **CAPÍTULO V** **DAS SUBCOMISSÕES**

**Artigo 10** - O Presidente do Conselho Municipal de Turismo poderá constituir subcomissões para estudos e trabalhos especiais relacionados à competência do Conselho.

**Parágrafo 1º** - As subcomissões serão constituídas de 03 (três) membros, podendo delas participar, a juízo do plenário, pessoas estranhas à administração municipal e de reconhecida capacidade.

**Parágrafo 2º** - O Presidente do Conselho Municipal de Turismo, observará o princípio de rodízio e sempre que possível conciliará a matéria em estudo com a formação dos membros das subcomissões.

**Parágrafo 3º** - As subcomissões terão seus respectivos presidentes e secretários designados pelo presidente do Conselho.

**Artigo 11** - As subcomissões estabelecerão o seu programa de trabalho, cujo resultado, será apreciado pelo Conselho Municipal de Turismo.

**Artigo 12** - As subcomissões funcionarão de acordo com regulamentos e atribuições estabelecidas pelo Presidente do Conselho Municipal de Turismo e disposições desta lei.

**Artigo 13** - As subcomissões extinguir-se-ão uma vez aprovado pelo plenário, o relatório do trabalho que executarem.

## **CAPÍTULO VI** **DAS SESSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO**

**Artigo 14** - O Conselho Municipal de Turismo se reunirá sempre que for necessário, para desempenhar suas atribuições, mediante convocação do presidente, do seu substituto legal ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros.

**Parágrafo 1º** - As convocações deverão ser efetuadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo motivo urgente devidamente justificado.

**Parágrafo 2º** - O Conselho deliberará quando presente, pelo menos a metade do número legal de seus membros.



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



**Artigo 15** - As deliberações do Conselho serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao presidente, além do voto comum, o desempate.

**Parágrafo Único** - A votação será secreta ou nominal, segundo deliberar a maioria do Conselho.

**Artigo 16** - Dependendo da matéria em debate, poderão ser convocados às sessões do Conselho, dirigentes de entidades públicas ou privadas, técnicos especializados, ou qualquer diretor da Prefeitura ou outros convidados especiais.

## **CAPÍTULO VII** **DA ORDEM E DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS**

### **SEÇÃO I** **DA ORDEM DOS TRABALHOS**

**Artigo 17** - Os assuntos serão distribuídos e discutidos no Conselho, pela ordem cronológica das respectivas entradas.

**Parágrafo Único** – No caso de matéria urgente ou de alta relevância, poderá a mesma, a critério do Conselho, entrar imediatamente em discussão, ainda que não incluída na ordem do dia.

**Artigo 18** - Os assuntos serão distribuídos aos membros do Conselho, inclusive ao Presidente, obedecendo-se sempre que possível à especialidade do relator relativamente à matéria em estudo.

**Artigo 19** - A ordem dos trabalhos a ser observada nas sessões do Conselho será a seguinte:

- I. Verificação da presença e existência de *quorum*;
- II. Leitura, discussão, votação, aprovação e assinatura da ata da sessão anterior;
- III. Distribuição dos assuntos a serem estudados e relatados.



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200





## **SEÇÃO II** **DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS**

**Artigo 20** - O relator emitirá parecer por escrito contendo o histórico e o resumo da matéria, as considerações de ordem prática ou doutrinária que entender cabíveis e sua conclusão ou voto.

**Parágrafo 1º** - O relator poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento do assunto em estudo a qualquer órgão da administração Municipal cuja informação julgue necessária à elucidação da matéria que lhe for distribuída, bem como comparecimento de quaisquer às sessões ou outras providências que julgar necessárias.

**Parágrafo 2º** - Na hipótese de ser rejeitado o parecer de qualquer membro, o Presidente designará novo relator ou constituirá subcomissão para estudo da matéria.

**Artigo 21** - A ordem do dia será organizada com os assuntos apresentados para discussão, acompanhados dos respectivos pareceres.

**Artigo 22** - Após a leitura do parecer, o Presidente deverá submeter o assunto à discussão, dando a palavra ao membro que a solicitar.

**Parágrafo Único** - O período para discussão de cada matéria será previamente fixado pelo Presidente, cabendo a cada membro o mesmo espaço de tempo para debater os assuntos.

**Artigo 23** - Durante a discussão, os membros do Conselho poderão:

- I. Apresentar emendas ou substitutivos;
- II. Opinar sobre relatórios apresentados;
- III. Propor providências para a instalação do assunto em debate.

**Artigo 24** - As propostas apresentadas durante a sessão deverão ser classificadas, a critério do Presidente, em matéria de estudo ou deliberação imediata.



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



**Artigo 25** - O membro do Conselho que não se julgar suficientemente esclarecido quanto à matéria em exame poderá requerer diligências, pedir vista do processo relativo ao assunto em estudo e mesmo o adiantamento da discussão ou votação.

**Parágrafo 1º** - O prazo de vista será de 10 (dez) dias, podendo à critério do conselho, ser prorrogado ou reduzido, segundo a complexidade ou urgência da matéria.

**Parágrafo 2º** - Quando a discussão, por qualquer motivo não ser encerrada em uma sessão será adiada para a sessão seguinte.

**Artigo 26** - Após o encerramento da discussão, a matéria em estudo será submetida a deliberação do plenário, juntamente com as emendas ou substitutivos que forem apresentados.

**Parágrafo Único** – O voto do relator ou de qualquer membro do Conselho poderá ser dado por escrito ou oralmente, devendo, esta última hipótese, ser reduzido a termo.

**Artigo 27** - As deliberações do Conselho denominar-se-ão “parecer” ou “resolução”, conforme a matéria seja submetida a sua apreciação ou decorra de sua própria iniciativa.

**Parágrafo 1º** - Estas peças serão redigidas e assinadas pelos relatores e deverão ser apresentadas à Secretaria do Conselho, até 10 (dez) dias após a respectiva aprovação pelo plenário.

**Parágrafo 2º** - Em casos especiais poderão estas peças ser lavradas e assinadas na própria sessão.

**Artigo 28** - As resoluções e pareceres serão assinados por todos os membros do Conselho e encaminhados a quem de direito.

## **CAPÍTULO VIII** **DAS ATAS**

**Artigo 29** - As atas serão lavradas e assinadas pelo Secretário e nelas se resumirão, com clareza os fatos relevantes ocorridos durante a sessão, devendo conter:



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



- I. Dia, mês, ano e hora da abertura e encerramento da sessão;
- II. O nome do presidente, ou do seu substituto legal;
- III. Nome dos membros que houverem comparecido, bem como dos eventuais convidados;
- IV. Nome dos membros que houverem faltado;
- V. O registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados, dos pareceres, mencionando-se sempre a natureza dos estudos efetuados.

**Artigo 30** - Lida no começo de cada sessão, a ata da sessão anterior será discutida, retificada, quando for o caso, assinada pelo Secretário e submetida ao Conselho declarando o Presidente ao encerrá-la e subscrevê-la, a data de aprovação.

**Artigo 31** - As atas serão registradas em livro próprio, cuja responsabilidade de guarda é do Secretário do Conselho.

## **CAPÍTULO IX** **DAS SUBSTITUIÇÕES E PERDA DE MANDATO**

**Artigo 32** - Os membros do Conselho, estarão dispensados de comparecer às sessões, por ocasião de férias ou licenças que lhe forem regularmente concedidas pelos respectivos órgão, repartições ou empresas onde desenvolvem suas atividades.

**Parágrafo Único** – Nessa hipótese deverão comunicar ao Conselho com 15 (quinze) dias de antecedência, salvo motivo urgente devidamente justificado.

**Artigo 33** - Os membros do Conselho Municipal de Turismo, perderão o mandato nas seguintes hipóteses:

- I. Faltar injustificadamente a 4 (quatro) sessões consecutivas do Conselho, ou período superior a 30 (trinta) dias;
- II. Tornar-se incompatível com o exercício do cargo por improbidade ou prática de atos irregulares.



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



**Parágrafo 1º** - O presidente do Conselho é a autoridade competente para declarar a perda de mandato de qualquer membro, depois de apurada a infração ou falta grave.

**Parágrafo 2º** - Os membros das subcomissões perderão o mandato pelos mesmos motivos estabelecidos para os membros do Conselho Municipal de Turismo.

## **CAPÍTULO X**

### **DA INSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO**

**Artigo 34** - Fica criado o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, de natureza contábil, vinculado à SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA, com o objetivo de captar recursos a serem aplicados de acordo com o artigo 5º da presente Lei.

**Parágrafo 1º** - É vedada a utilização de recursos do FUMTUR em despesas com pessoal e respectivos encargos, exceto remuneração por serviços de natureza eventual, vinculados a projetos específicos, estritamente relacionados às atividades mencionadas no "caput" deste artigo.

**Parágrafo 2º** - A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA, aplicará os recursos do FUMTUR, eventualmente disponíveis, revertendo aos mesmo seus rendimentos.

**Parágrafo 3º** - O Prefeito Municipal, constatando qualquer irregularidade na administração do FUMTUR, decretará intervenção no mesmo, solicitando imediatamente ao COMTUR o afastamento do presidente.

**Artigo 35** - O FUMTUR será constituído das seguintes receitas:

I - Dotação Orçamentária anual própria no orçamento municipal;

II - Doações de qualquer natureza de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

III - Os preços da cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico, cultural e de negócios e o resultado de suas bilheterias quando não revertidas a título de cachês ou direitos;

IV - Receitas provenientes de eventos e vendas de publicação e similares;



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



- V -A venda de publicações turísticas editadas pelo poder público;
- VI -A participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do município;
- VII -Recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;
- VIII -Taxa de turismo que porventura forem criadas;
- IX - Os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;
- X - 100% (Cem por cento) das arrecadações recebidas de publicidades de qualquer espécie;
- XI - Outras rendas eventuais;

**Parágrafo único.** Os recursos do FUNDO serão movimentados através de conta especial bancária a ser aberta e mantida em agência de instituição financeira oficial.

**Artigo 36 –** A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA fornecerá os recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento dos seus objetivos".

**Artigo 37 –** Compete a SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA:

- I - Administrar o FUMTUR e propor política de aplicações de seus recursos;
- II - Submeter ao COMTUR as demonstrações mensais de receitas e despesas do FUMTUR;
- III - Encaminhar à contabilidade geral do município, as demonstrações mencionadas no inciso anterior.

## **CAPÍTULO XI** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 38 -** O Conselho Municipal de Turismo, considerar-se-á constituído quando se acharem empossados pelo Prefeito(a), a maioria dos seus membros.



Rua Curitiba, Nº 1080, Centro



(66) 3592-3200



**Artigo 39** - Este Regimento poderá ser alterado mediante proposta de qualquer membro do Conselho, aprovada pela maioria absoluta dos seus membros.

**Artigo 40** - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo plenário.

**Artigo 41** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei Municipal n.º 747/2003, de 21 de agosto de 2.003

*Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte - MT, aos onze dias do mês de março o do ano de dois mil e vinte e cinco.*

**EDELO MARCELO FERRARI**  
Prefeito Municipal



Rua Curitiba, N° 1080, Centro



(66) 3592-3200